



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Judiciária
Especialidade Execução de Mandados

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

Os homens-placa

Uma cabeleira cor-de-rosa ou verde, um nariz de palhaço, luvas de Mickey gigantescas, pouco importa. Eis que surge numa esquina, e replica-se em outras dez, o personagem mais solitário de nossas ruas, o homem-placa das novas incorporações imobiliárias. Digo homem-placa, não porque ele seja vítima do velho sistema de ficar ensanduichado entre duas tábuas de madeira anunciando remédios ou espetáculos de teatro, nem porque, numa versão mais recente, amarrem-lhe ao corpo um meio colete de plástico amarelo para avisar que se compra ouro ali por perto. Ele é homem-placa porque sua função é mostrar, a cada encruzilhada mais importante do caminho, a direção certa para o novo prédio de apartamentos que está sendo lançado.

Durante uma época, a prática foi encostar carros velhíssimos, verdadeiras sucatas, numa vaga de esquina, colocando o anúncio do prédio em cima da capota. O efeito era ruim, sem dúvida. Como acreditar no luxo e na distinção do edifício Duvalier, com seu espaço gourmet e seu depósito de vinho individual, se todo o sonho estava montado em cima de um Opala 74 cor de tijolo com dois pneus no chão?

Eliminaram-se os carros-placa, assim como já pertencem ao passado os grandes lançamentos performáticos do mercado imobiliário. A coisa tinha, cerca de dez anos atrás, proporções teatrais. Determinado prédio homenageava a Nova York eterna: mocinhas eram contratadas para se fantasiarem de Estátua da Liberdade, com o rosto pintado de verde, a tocha de plástico numa mão, o folheto colorido na outra. Ou então era o Tio Sam, eram Marilyn e Kennedys, que ocupavam a avenida Brasil, a Nove de Julho, as ruas do Itaim.

Esses homens e mulheres-placa não se comparam sequer ao guardador de carros, que precisa impor certa presença ao cliente incauto. Estão ali graças à sua inexistência social. Só que sua função, paradoxalmente, é a de serem vistos; um cabelo azul, um gesto repetitivo apontando o caminho já bastam.

(Adaptado de: Marcelo Coelho, www.marcelocoelho.folha.blogspot.uol.com)

1. Os homens e mulheres-placa, no desempenho de sua função, evidenciam o paradoxo
- (A) da reduzida eficácia que esse antigo e bem-sucedido recurso publicitário obtém nos dias atuais.
 - (B) de se preservar o romantismo do passado na utilização de uma técnica moderna de comunicação.
 - (C) de se chamar a atenção para a ostensiva presença pública de quem está imerso no anonimato.
 - (D) da teimosa insistência dos empreendedores financeiros numa anacrônica tática de vendas.
 - (E) da resignação com que fazem de seus próprios corpos matéria de propaganda imobiliária.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. Destituídos de qualquer qualidade pessoal, os homens-placa, em sua função mais recente, funcionam como meros sinalizadores físicos da localização dos negócios.
- II. No terceiro parágrafo, as referências à *Estátua da Liberdade*, *Marilyns* e *Kennedys* mostram como a propaganda se vale de imagens estereotipadas para incutir prestígio em certos produtos.
- III. A despersonalização a que se submetem os homens e mulheres-placa só não é maior do que a que sofre um guardador de carros.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) II, somente.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *replica-se em outras dez* (1º parágrafo) = contesta-se em dez outras.
- (B) *incorporações imobiliárias* (1º parágrafo) = admissões de imóveis.
- (C) *lançamentos performáticos* (3º parágrafo) = propulsões cuidadosas.
- (D) *impor certa presença* (4º parágrafo) = submeter a aparência.
- (E) *graças à sua inexistência social* (4º parágrafo) = devido à falta de sua identidade pública.

4. O autor justifica a afirmação *O efeito era ruim, sem dúvida*, (2º parágrafo) mostrando

- (A) o contrassenso de se anunciar um produto sofisticado por meio de um recurso grosseiro.
- (B) o modesto resultado financeiro que se obtém pela publicidade apoiada em homens-placa.
- (C) a ineficácia de uma propaganda sofisticada voltada para uma clientela de pouco poder aquisitivo.
- (D) a impossibilidade de se tentar exaltar simultaneamente aspectos contraditórios de um produto.
- (E) o píffio resultado obtido por quem busca valorizar o que é barato por meio de recursos baratos.

5. No 3º parágrafo, o autor se vale da expressão *A coisa* referindo-se, precisamente,

- (A) à eliminação mais que justificável dos carros-placa.
- (B) ao prestígio incontestado dos mais antigos recursos publicitários.
- (C) às características teatrais dos carros-placa.
- (D) aos desempenhos teatrais das campanhas imobiliárias.
- (E) ao inesperado crescimento do mercado imobiliário.



6. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Há momentos onde o afã de se fazer propaganda não mede esforços para lançar mão dos mais grotescos recursos.
- (B) Ainda se vê em grandes cidades as figuras antagônicas de pobres entalados em cartazes nos quais se diz venderem ouro.
- (C) Muitos acreditam ter requinte em morar num edifício de nome estrangeiro, além das novidades ligadas à onda de gastronomia.
- (D) Quando o corpo humano se reduz em suporte exclusivamente material para qualquer coisa, nossa dignidade deixa de ter preço.
- (E) Requer-se de um guardador de carros, diferentemente do que ocorre com um homem-placa, que tenha iniciativa e presença.

7. Estão plenamente observadas as normas de concordância verbal na frase:
- (A) Destinam-se aos homens-placa um lugar visível nas ruas e nas praças, ao passo que lhes é suprimida a visibilidade social.
- (B) As duas tábuas em que se comprimem o famigerado homem-placa carregam ditos que soam irônicos, como "compro ouro".
- (C) Não se compara aos vexames dos homens-placa a exposição pública a que se submetem os guardadores de carros.
- (D) Ao se revogarem o emprego de carros-placa na propaganda imobiliária, poupou-se a todos uma demonstração de mau gosto.
- (E) Não sensibilizavam aos possíveis interessados em apartamentos de luxo a visão grotesca daqueles velhos carros-placa.

8. É preciso **corrigir**, devido à má estruturação, a redação da seguinte frase:
- (A) Não se sabe a quem ocorreu a ideia, uma vez que condomínios de luxo certamente não combinam com sucata, de que usaram como base de anúncio.
- (B) Alguém, num momento infeliz, teve a lamentável ideia de usar carros velhos como suporte de propaganda para a venda de imóveis de luxo.
- (C) Definitivamente, quem procura imóvel com espaço *gourmet* ou depósito de vinho individual não se deixará atrair pela propaganda apoiada num velho Opala de cor berrante.
- (D) Os homens-placa ficam ensanduichados entre tábuas ou pranchas de metal, transportando-as pelas ruas reduzidos à condições de suporte.
- (E) Sensibilizou-se o autor do texto com a condição humilhante desses homens e mulheres-placa, tratados como se fossem coisas, destituídos de sua humanidade.

Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto seguinte.

Meios e fins

O crítico José Onofre disse uma vez que a frase "não se faz uma omelete sem quebrar ovos" é muito repetida por gente que não gosta de omelete, gosta do barulhinho dos ovos sendo quebrados. Extrema esquerda e extrema direita se parecem não porque amam seus ideais, mas porque amam os extremos, têm o gosto pelo *crec-crec*.

A metáfora da omelete é "o fim justifica os meios", em linguagem de cozinha. O fim justificaria todos os meios extremos de catequização e purificação, já que o fim é uma humanidade melhor – só variando de extremo para extremo o conceito de "melhor".

Todos os fins são nobres para quem os justifica, seja uma sociedade sem descrentes, sem classes ou sem raças impuras. O próprio sacrifício de ovos pelo sacrifício de ovos tem uma genealogia respeitável, a ideia de regeneração (dos outros) pelo sofrimento e pelo sangue acompanha a humanidade desde as primeiras cavernas. Ou seja, até os sádicos têm bons argumentos. Mas o fim das ideologias teria decretado o fim do horror terapêutico, do mito da salvação pela purgação que o século passado estatizou e transformou no seu mito mais destrutivo.

O fracasso do comunismo na prática acabou com a desculpa, racional ou irracional, para o stalinismo. O tempo não redimiu o horror, o fim foi só a última condenação dos meios.

(Adaptado de: Luis Fernando Verissimo, **O mundo é bárbaro**)

9. Para o crítico José Onofre, muitos dos que repetem a frase "não se faz uma omelete sem quebrar ovos" querem, com ela,
- (A) justificar o difícil caminho que deve ser penosamente trilhado para se chegar a um bom resultado.
- (B) mascarar o gosto pela violência mesma dos processos radicais, independente dos objetivos finais.
- (C) revelar a necessidade da violência quando o fim último pretendido for o da conciliação permanente.
- (D) despertar a consciência de quem trabalha para o oportunismo de quem somente colhe os frutos do labor alheio.
- (E) ilustrar a tese de que aos mais altos ideais corresponde sempre a exigência dos mais altos sacrifícios.

10. As palavras *catequização* (doutrinação religiosa) e *purificação* (tornar puro, depuração, limpeza), do segundo parágrafo, têm, respectivamente, desdobramentos nas seguintes expressões do terceiro parágrafo:

- (A) sem classes e genealogia respeitável.
- (B) regeneração pelo sofrimento e o fim das ideologias.
- (C) sem descrentes e regeneração pelo sangue.
- (D) regeneração pelo sangue e sem classes.
- (E) o fim das ideologias e o mito da salvação.

11. Resume em linguagem correta o sentido do último parágrafo do texto o que está em:

- (A) A desculpa de que era necessário o horror do stalinismo, irremissível, desapareceu com o fracasso do comunismo.
- (B) Com o fim do comunismo sem remissão, pretendeu-se não haver mais desculpa mediante os horrores do stalinismo.
- (C) O fracasso do comunismo e do stalinismo não redimiram o tempo de horrores, tanto quanto a justificação dos meios.
- (D) Quem desculpasse, pela razão ou não, os horrores do stalinismo, não irá mais justificá-lo pelo fracasso do comunismo.
- (E) Os horrores do stalinismo e o fracasso do comunismo foram meios para fins condenáveis, ora cessados.

12. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher adequadamente a lacuna da frase:

- (A) Os ovos de que se (**compor**) a omelete ilustram o caso em que a violência de um ato se justifica pela causa a que serve.
- (B) A todos os meios extremos (**costumar**) corresponder, segundo os radicais, uma justificativa aceitável.
- (C) Mesmo aos maiores sádicos (**poder**) ocorrer uma certa direção de argumentos para justificar seus horrores.
- (D) Agrada aos extremistas propagar que, a menos que se (**quebrar**) ovos, nunca se fará uma omelete.
- (E) Aos sádicos (**dever**) agradar ouvir os ovos quebrando-se, como preâmbulo de uma omelete.



13. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Um fim talvez justificaria os meios caso estes implicarem sacrifícios que não se distribuam desigualmente.
 - (B) Ele acredita que haverão de justificar-se todos os meios quando os fins representarem um ganho de alcance coletivo.
 - (C) Tão logo fossem denunciados os horrores do stalinismo, os comunistas devem ter revisto suas antigas convicções.
 - (D) Será que alguém acreditou que uma sociedade sem classes e sem preconceitos possa ter-se formado num regime autoritário?
 - (E) Se a catequese pudesse propagar a fé religiosa sem recorrer à intimidação, talvez os convertidos tenham sido mais numerosos.
14. Pode-se substituir o elemento sublinhado pelo que está negrito entre parênteses, sem prejuízo para a correção e o sentido da frase, no seguinte caso:
- (A) Extrema esquerda e extrema direita se parecem não porque amam seus ideais, mas porque amam os extremos. (**não obstante**)
 - (B) Todos os fins são nobres para quem os justifica. (**com aquele que**)
 - (C) O próprio sacrifício de ovos pelo sacrifício de ovos tem uma genealogia respeitável. (**extrinsecamente**)
 - (D) (...) o fim é uma humanidade melhor – só variando de extremo para extremo o conceito de melhor. (**a menos que varie**)
 - (E) O fim justificaria todos os meios extremos, já que o fim é uma humanidade "melhor". (**porquanto**)
15. A exclusão das vírgulas NÃO alterará o sentido da seguinte frase:
- (A) O fracasso do comunismo, na prática, acabou com a desculpa para o stalinismo.
 - (B) Quem recorre aos meios extremos, condenados pelos democratas, costuma dá-los como necessários.
 - (C) Até mesmo os sádicos se valem, aqui e ali, de argumentos dados como irrefutáveis.
 - (D) Mesmo os stalinistas, que não acreditavam nesses horrores, passaram a execrar seu velho ídolo.
 - (E) As metáforas, que costumam tornar mais concretas as ideias, são úteis e expressivas.
- Noções de Informática**
16. *Windows Flip* e *Windows Flip 3D* são funcionalidades para gerenciar janelas. Em relação aos sistemas operacionais *Windows XP* e *Windows Vista* é correto afirmar:
- (A) Ambos integram as duas funcionalidades.
 - (B) O XP utiliza apenas o *Flip* por meio da combinação das teclas *Alt* e *Tab*.
 - (C) No *Vista* inexistente o *Flip*, já que o *Flip 3D* engloba as duas funcionalidades.
 - (D) No *Vista*, o *Flip 3D* é utilizado por meio da combinação das teclas logotipo *Windows* e *Tab*.
 - (E) O XP utiliza apenas o *Flip* por meio da combinação das teclas logotipo *Windows* e *Tab*.
17. No *Microsoft Word 2003* a utilização dos assistentes é configurada a partir do menu *Ajuda* e, em casos específicos um assistente pode ser encontrado em outro menu da barra de menus. No *BrOffice.org 3.1 Writer*, os assistentes estão disponíveis no item *Assistentes* do menu
- (A) Arquivo.
 - (B) Editar.
 - (C) Exibir.
 - (D) Formatar.
 - (E) Ferramentas.
18. No *Mozilla Thunderbird 2.0*,
- (A) a agenda permite configurar vários tipos de alarmes de compromissos.
 - (B) contas de usuários de *webmail* podem ser acessadas pelo *Thunderbird* simplesmente fornecendo o nome de usuário e senha.
 - (C) tentativas de golpe, no qual a mensagem recebida é usada para convencer o usuário a fornecer dados pessoais, são alertadas pela ferramenta *anti-spam*.
 - (D) uma conexão segura pode ser configurável por meio do protocolo SMTP.
 - (E) o campo *Cco* é utilizado para criptografar a mensagem a ser enviada.
19. Na Internet,
- (A) *Cookies* são grupos de dados gravados no servidor de páginas, acerca de costumes de navegação do usuário para facilitar seu próximo acesso ao *site*.
 - (B) um serviço de banda larga ADSL pode disponibilizar velocidade superior a 10 MB, quando conectado à porta serial.
 - (C) um serviço hospedado em um servidor pode ser acessado pela URL ou pelo seu endereço IP.
 - (D) uma forma de se fazer uma pesquisa com maior objetividade e se obter respostas mais próximas do tema pesquisado em *sites* de busca é fazer uma pergunta direta, encerrada com ponto de interrogação.
 - (E) o *download* é uma transferência de arquivos de algum ponto da Internet para o computador do usuário, por meio do servidor SMTP.
20. Em relação a organização e gerenciamento de arquivos e pastas no ambiente *Windows XP*, é correto afirmar:
- (A) No *Windows Explorer*, o bloqueio de uma pasta para uso apenas de seu proprietário é indicado pela presença da figura de uma mão integrada ao respectivo ícone.
 - (B) O uso combinado das teclas *Shift*, *Alt* e *Del* serve para apagar um arquivo, sem que ele seja encaminhado para a lixeira.
 - (C) A organização de pastas e arquivos pode ser feita dentro do painel esquerdo do *Windows Explorer*.
 - (D) A renomeação de uma pasta ou arquivo pode ser feita tanto no painel esquerdo quanto no painel direito do *Windows Explorer*.
 - (E) Usar o mouse para arrastar um arquivo de uma pasta para outra, dentro do mesmo *drive* de disco é uma operação de recortar e colar, sucessivamente.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

21. Com relação às atribuições e responsabilidades do Presidente da República,
- (A) admitida a acusação, por dois quintos da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- (B) compete-lhe prestar, trimestralmente, ao Congresso Nacional, dentro de trinta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.
- (C) compete-lhe privativamente permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.
- (D) ficará suspenso de suas funções, nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (E) ficará suspenso de suas funções, nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pela Câmara dos Deputados.

22. Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o
- (A) Ministro Chefe da Casa Civil.
- (B) Procurador-Geral da República.
- (C) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (D) Presidente da República.
- (E) Advogado-Geral da União.

23. Sobre o Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:
- (A) Funcionará junto a ele o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante.
- (B) Funcionará junto a ele a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe apenas regulamentar os cursos oficiais para o ingresso na carreira.
- (C) Compete-lhe julgar, em recurso ordinário, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência.
- (D) Compete-lhe julgar, em recurso ordinário, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.
- (E) Compete-lhe julgar, em recurso ordinário, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

24. O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação
- (A) do Ministério Público Federal.
- (B) por dois terços da Câmara dos Deputados.
- (C) por dois terços de ambas as Casas do Congresso Nacional.
- (D) pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (E) do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

25. Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos
- (A) nos Decretos Estaduais.
- (B) na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) pela Ordem dos Advogados do Brasil.
- (D) pelo Tribunal de Contas da União.
- (E) pelo Conselho Nacional de Justiça.

Direito Administrativo

26. O poder de polícia
- (A) possui, como meio de atuação, apenas medidas de caráter repressivo.
- (B) delegado é limitado aos termos da delegação e se caracteriza por atos de execução.
- (C) é sempre discricionário.
- (D) não é inerente a toda Administração, não estando presente, por exemplo, na esfera administrativa dos Municípios.
- (E) não tem como um de seus limites a necessidade de observância aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.
27. A Constituição Federal define as matérias de competência privativa do Presidente da República e permite que ele delegue algumas dessas atribuições aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado Geral da União. Se estas autoridades praticarem um desses atos, sem que haja a necessária delegação,
- (A) não haverá qualquer vício nos atos administrativos praticados.
- (B) haverá vício de formalidade, que não admite ser sanado.
- (C) haverá vício de incompetência que, na hipótese, admite convalidação.
- (D) o Presidente da República poderá revogá-los, tendo em vista o vício existente em tais atos.
- (E) haverá vício de conteúdo, portanto, os atos praticados devem obrigatoriamente ser anulados.



28. Ricardo foi designado para o exercício de determinada função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal. A respeito do fato narrado, é correto afirmar:

- (A) Para assumir a mencionada função, Ricardo deve ser ocupante de cargo em comissão.
- (B) A função de confiança destina-se a atender necessidade temporária de excepcional interesse público, ou seja, destina-se a situação emergencial e provisória.
- (C) Exige-se concurso público para a investidura na mencionada função de confiança.
- (D) Ricardo não poderá exercer atribuição de chefia, uma vez que as funções de confiança destinam-se somente às atribuições de direção e assessoramento.
- (E) Para assumir a mencionada função, Ricardo deve ser servidor público ocupante de cargo efetivo.

29. De acordo com a Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, sobre a prescrição quanto ao direito de petição, é correto afirmar:

- (A) Por ser de ordem pública, a prescrição não pode ser relevada pela Administração.
- (B) O pedido de reconsideração e o recurso, mesmo quando cabíveis, não interrompem a prescrição.
- (C) O direito de requerer prescreve em dez anos quanto ao ato de cassação de aposentadoria.
- (D) O direito de requerer prescreve em dois anos quanto aos atos que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho.
- (E) O prazo de prescrição será contado da data da ciência pelo interessado, ainda que o ato tenha sido devidamente publicado.

30. Nos termos da Lei nº 8.112/90, o ex-servidor público fica incompatível para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de cinco anos, quando tiver sido demitido por

- (A) aplicar irregularmente o dinheiro público.
- (B) crime contra a Administração Pública.
- (C) improbidade administrativa.
- (D) valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.
- (E) lesar os cofres públicos e dilapidar o patrimônio nacional.

31. José, Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, utilizou, em serviço particular, veículo de propriedade do TRT da 14ª Região, valendo-se, inclusive, de servidor do mencionado Tribunal para guiar o veículo. Cumpre esclarecer que José tinha ciência da ilicitude praticada. De acordo com a Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, o ato praticado configura

- (A) mero ilícito administrativo.
- (B) ato ímprobo que importa enriquecimento ilícito.
- (C) ato ímprobo, porém não acarretou qualquer lesão ao erário.
- (D) conduta legal, atentatória tão somente à moral e aos bons costumes.
- (E) ato ímprobo atentatório aos princípios da Administração Pública, por não caracterizar quaisquer das demais modalidades de ato ímprobo.

Direito Civil

32. A Lei nº XX/09 foi revogada pela Lei nº YY/10. Posteriormente, a Lei nº ZZ/10 revogou a Lei nº YY/10. Nesse caso, salvo disposição em contrário, a Lei nº XX/09

- (A) não se restaura por ter a Lei revogadora perdido a vigência.
- (B) só se restaura se a Lei nº YY/10 tiver sido expressamente revogada pela Lei nº ZZ/10.
- (C) restaura-se integralmente, independentemente, de novo diploma legal.
- (D) só se restaura se a revogação da Lei nº YY/10 for decorrente de incompatibilidade com a Lei nº ZZ/10.
- (E) só se restaura se a Lei nº ZZ/10 tiver regulamentado inteiramente a matéria de que tratava a Lei nº YY/10.

33. Declarada a ausência e aberta provisoriamente a sucessão,

- (A) se o ausente aparecer, ou se lhe provar a existência, depois de estabelecida a posse provisória, não cessarão as vantagens dos sucessores nela emitidos, as quais perdurarão até a entrega dos bens a seu dono.
- (B) os bens do ausente poderão ser livremente alienados, sem autorização judicial, para lhes evitar a ruína.
- (C) os sucessores provisórios empossados nos bens do ausente não o representarão ativa ou passivamente e contra eles não correrão as ações pendentes e as que de futuro àquele forem movidas.
- (D) os ascendentes, os descendentes e o cônjuge, uma vez provada a sua qualidade de herdeiros, poderão, independentemente de garantia, entrar na posse dos bens do ausente.
- (E) o descendente, ascendente ou cônjuge que for sucessor provisório do ausente deverá capitalizar, na forma de lei, metade dos frutos e rendimentos que a este couberem e prestar contas anualmente ao juiz.

34. No que concerne às associações, a convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido o direito de promovê-la a

- (A) 1/8 dos associados.
- (B) 1/6 dos associados.
- (C) 1/5 dos associados.
- (D) qualquer associado individualmente.
- (E) qualquer interessado.



| | |
|--|---|
| <p>35. A respeito dos bens públicos, considere:</p> <p>I. Bens de uso comum do povo. II. Bens de uso especial. III. Bens dominicais.</p> <p>São inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, os bens públicos indicados APENAS em</p> <p>(A) I. (B) I e II. (C) I e III. (D) II e III. (E) III.</p> | <p>39. Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis, recaído o litígio sobre posse,</p> <p>(A) é competente o foro da residência do autor. (B) o autor poderá optar pelo foro contratual. (C) é competente o foro da situação da coisa. (D) o autor poderá optar pelo foro do domicílio do réu. (E) o autor poderá optar pelo foro da sua residência, se desconhecido o domicílio do réu.</p> |
| <p>36. Prescreve em três anos a pretensão</p> <p>(A) relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas. (B) de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular. (C) do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo. (D) dos profissionais liberais em geral pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços ou cessação dos respectivos contratos. (E) do beneficiário contra o segurador e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.</p> | <p>40. Paulo foi pessoalmente citado como réu de uma ação ordinária e não ofereceu contestação, tendo sido decretada a sua revelia. Posteriormente, contratou advogado e este interveio no processo. Nesse caso, os prazos correrão</p> <p>(A) a partir da intimação, por carta, ao revel, dos atos decisórios. (B) independentemente de intimação, a partir da data da publicação de cada ato decisório. (C) independentemente de intimação, a partir da data dos atos decisórios. (D) a partir da intimação pela imprensa do advogado constituído pelo revel. (E) em cartório, a partir da intimação por carta do advogado constituído pelo revel.</p> |
| <p>37. Numa obrigação há três credores solidários e apenas um devedor. Nesse caso,</p> <p>(A) o julgamento contrário a um dos credores solidários não atinge os demais. (B) convertendo-se a prestação em perdas e danos, desaparece, para todos os efeitos, a solidariedade. (C) cada um dos credores solidários poderá exigir do devedor o cumprimento de até um terço da obrigação. (D) se apenas um dos credores solidários demandar o devedor, este poderá pagar a qualquer um dos três, em razão da solidariedade. (E) o credor que houver remitido a dívida não responderá aos outros pela parte que lhes caiba.</p> | <p>41. A respeito da ação rescisória, é correto afirmar:</p> <p>(A) Não tem legitimidade para propor a ação rescisória o sucessor a título universal de quem foi parte no processo. (B) Os atos judiciais em que a sentença for meramente homologatória podem ser rescindidos como os atos jurídicos em geral, nos termos da lei civil. (C) A sentença de mérito transitada em julgada pode ser rescindida quando a sentença for injusta em razão da má interpretação da prova. (D) Não se admite ação rescisória contra sentença transitada em julgado, se contra ela não se tenham esgotado todos os recursos. (E) A sentença de mérito transitada em julgado pode ser rescindida quando for injusta em razão da errônea interpretação do contrato.</p> |
| <p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>38. No que concerne às despesas e honorários,</p> <p>(A) se um litigante decair de parte mínima do pedido, os honorários e as despesas serão recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados entre eles. (B) nos juízos divisórios, não havendo litígio, os interessados dividirão as despesas igualmente entre si e não na proporção dos respectivos quinhões. (C) havendo transação e nada tendo as partes disposto quanto as despesas, estas serão pagas pelo réu. (D) se o processo terminar por desistência, as despesas e os honorários serão rateados entre as partes. (E) nos processos de jurisdição voluntária, as despesas serão adiantadas pelo requerente, mas rateadas entre os interessados.</p> | <p>42. Quando for disputada a propriedade ou a posse de bens móveis, semoventes ou imóveis, havendo fundado receio de rixas ou danificações, o juiz, a requerimento da parte, poderá decretar</p> <p>(A) a exibição. (B) o arresto. (C) a produção antecipada de provas. (D) a busca e apreensão. (E) o sequestro.</p> |



43. A respeito dos recursos, considere:
- I. A parte que aceitar tacitamente a sentença ou a decisão não poderá recorrer.
 - II. O recurso adesivo não está sujeito a preparo.
 - III. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

Direito do Trabalho

44. A Consolidação das Leis do Trabalho permite a transferência de empregado para localidade diversa da que resultar do contrato em caso de necessidade de serviço. Nesse caso, o empregador

- (A) ficará obrigado a um pagamento suplementar, nunca inferior a 30% dos salários que o empregado percebia naquela localidade, enquanto durar essa situação.
- (B) está desobrigado ao pagamento de qualquer verba suplementar, tendo em vista que a transferência ocorreu em caso de necessidade de serviço e não será por tempo indeterminado.
- (C) só ficará obrigado a um pagamento suplementar, nunca inferior a 35% dos salários que o empregado percebia naquela localidade, se a transferência ultrapassar sessenta dias, sendo devido enquanto durar essa situação.
- (D) ficará obrigado a um pagamento suplementar, nunca inferior a 25% dos salários que o empregado percebia naquela localidade, enquanto durar essa situação.
- (E) só ficará obrigado a um pagamento suplementar, nunca inferior a 30% dos salários que o empregado percebia naquela localidade, se a transferência ultrapassar noventa dias, sendo devido enquanto durar essa situação.

45. A Consolidação das Leis do Trabalho prevê hipóteses de interrupção do contrato de trabalho, autorizando o empregado a não comparecer ao serviço sem prejuízo do salário até três dias consecutivos em caso de

- (A) se alistar como eleitor.
- (B) doação voluntária de sangue.
- (C) falecimento de ascendente.
- (D) falecimento de irmão.
- (E) casamento.

46. Considere as seguintes verbas:

- I. Férias vencidas acrescidas de 1/3.
- II. Saldo de salário.
- III. 13º salário proporcional.
- IV. Férias proporcionais.

Na rescisão do contrato de trabalho, tendo em vista a dispensa de empregado contratado há mais de um ano, com justa causa, serão devidas as verbas indicadas APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.

47. Após treze meses de contrato de trabalho, Bruna recebeu aviso prévio de sua empregadora comunicando que o seu contrato seria extinto sem justa causa. Ao receber o aviso, Bruna ficou com dúvidas a respeito de seu horário de trabalho durante este período. Assim, dirigiu-se ao departamento de recursos humanos de sua empregadora, que respondeu que ela

- (A) poderia optar em ter seu horário de trabalho reduzido em duas horas diárias ou faltar ao serviço um dia por semana trabalhada.
- (B) deveria cumprir normalmente seu horário de trabalho, sem qualquer redução de sua carga horária.
- (C) poderia optar em ter seu horário de trabalho reduzido em duas horas diárias ou faltar ao serviço por sete dias corridos.
- (D) teria obrigatoriamente seu horário de trabalho reduzido em uma hora diária.
- (E) teria obrigatoriamente seu horário de trabalho reduzido em duas horas diárias.

48. Ana, Bárbara, Carmem e Débora são empregadas da empresa Trevo. Ana tem 17 anos de idade; Bárbara tem 51 anos de idade; Carmem tem 61 anos de idade e Débora tem 71 anos de idade. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, as férias serão concedidas de uma só vez para

- (A) Bárbara, apenas.
- (B) Carmem e Débora, apenas.
- (C) Ana e Débora, apenas.
- (D) Ana, Carmem e Débora, apenas.
- (E) todas as empregadas.



49. Com relação à CIPA, considere:

- I. Os representantes dos empregados, titulares e suplentes, serão eleitos em escrutínio secreto, do qual participem, independentemente de filiação sindical, exclusivamente os empregados interessados.
- II. Em regra, o mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de dois anos, permitida uma reeleição.
- III. O empregador designará, anualmente, dentre os seus representantes, o Presidente da CIPA e os empregados elegerão, dentre eles, o Vice-Presidente.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.

50. Com relação à proteção ao trabalho do menor, a Consolidação das Leis do Trabalho prevê o contrato de aprendizagem. Este contrato é um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico. Este contrato pode ser celebrado com pessoa maior de 14 anos e menor de

- (A) 26 anos.
- (B) 24 anos.
- (C) 22 anos.
- (D) 21 anos.
- (E) 18 anos.

Direito Processual do Trabalho

51. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, os atos processuais serão públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis, das seis às vinte horas. Porém, poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, mediante autorização expressa do juiz ou presidente, a

- (A) penhora.
- (B) notificação da reclamada pessoa jurídica estrangeira.
- (C) intimação para comparecer pessoalmente para depoimento pessoal.
- (D) intimação da praça.
- (E) notificação da reclamada pessoa jurídica de direito público interno.

52. A empresa MAIS ajuizou inquérito judicial para apuração de falta grave cometida pela empregada Suzana. Neste caso, a oitiva das testemunhas da empresa será de, no máximo,

- (A) 2 pessoas.
- (B) 3 pessoas.
- (C) 4 pessoas.
- (D) 6 pessoas.
- (E) 8 pessoas.

53. Se o mandado de segurança na Justiça do Trabalho for em razão de ato de autoridade judiciária e a autoridade coatora for desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região a competência para julgar será

- (A) do pleno do Tribunal Superior do Trabalho, sendo que o prazo para ajuizamento do mandado é de 120 dias contados da prática do ato impugnado.
- (B) do pleno do Tribunal Superior do Trabalho, sendo que o prazo para ajuizamento do mandado é de 90 dias contados da prática do ato impugnado.
- (C) de uma das turmas do Tribunal Superior do Trabalho, sendo que o prazo para ajuizamento do mandado é de 120 dias contados a partir da ciência do interessado do ato impugnado.
- (D) do próprio Tribunal Regional do Trabalho, sendo que o prazo para ajuizamento do mandado é de 120 dias contados a partir da ciência do interessado do ato impugnado.
- (E) do próprio Tribunal Regional do Trabalho, sendo que o prazo para ajuizamento do mandado é de 90 dias contados a partir da ciência do interessado do ato impugnado.

54. Considere as seguintes assertivas a respeito da liquidação da sentença:

- I. Requerida a liquidação por arbitramento, o juiz nomeará o perito e fixará o prazo para a entrega do laudo. Apresentado o laudo, sobre o qual poderão as partes manifestar-se no prazo de cinco dias, o juiz proferirá decisão ou designará, se necessário, audiência.
- II. Na liquidação por cálculos, elaborada a conta e tornada líquida, o Juiz poderá abrir às partes prazo comum de dez dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
- III. Far-se-á a liquidação por artigos, quando, para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo.
- IV. Na liquidação por cálculos, elaborada a conta pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, o juiz procederá à intimação da União para manifestação, no prazo de 10 dias, sob pena de preclusão.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.



55. Marta, costureira profissional, está sendo executada judicialmente. Ela possui os seguintes bens:

- I. Seguro de vida.
- II. R\$ 17.000,00 depositados em caderneta de poupança.
- III. Pequena propriedade rural com cinquenta hectares utilizados para lazer da família.
- IV. Uma máquina de costura.
- V. Um fogão de quatro bocas localizado em sua residência.

Dentre os bens pertencentes a Maria são absolutamente impenhoráveis os indicados APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II, IV e V.
- (C) I, IV e V.
- (D) II, III, IV e V.
- (E) IV e V.

56. Valéria arrematou um imóvel comercial pelo valor de R\$ 105.000,00 em leilão judicial realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região. Neste caso, ela deverá garantir o lance com o sinal correspondente a

- (A) R\$ 5.250,00
- (B) R\$ 10.500,00
- (C) R\$ 21.000,00
- (D) R\$ 25.250,00
- (E) R\$ 31.500,00

57. Da decisão que aprecia os embargos à execução caberá

- (A) agravo de petição, não havendo pagamento de custas para a sua interposição.
- (B) agravo de petição, devendo o agravante efetuar o prévio recolhimento das custas processuais conforme tabela do Tribunal Superior do Trabalho publicada no Diário Oficial da União, sob pena de deserção do recurso.
- (C) agravo de petição, devendo o agravante efetuar o prévio recolhimento das custas processuais conforme previsto no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho competente, sob pena de deserção do recurso.
- (D) agravo de instrumento, não havendo pagamento de custas para a sua interposição.
- (E) embargos, devendo o agravante efetuar o prévio recolhimento das custas processuais conforme tabela do Tribunal Superior do Trabalho publicada no Diário Oficial da União, sob pena de deserção do recurso.

Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região

58. Conforme previsto no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, a posse do Magistrado deverá ocorrer dentro de

- (A) quinze dias, contados da publicação do ato de nomeação; e a entrada em exercício, em até quinze dias da data do ato de nomeação.
- (B) vinte e cinco dias, contados da publicação dos aprovados no concurso; e a entrada em exercício, em até dez dias da data da nomeação.
- (C) trinta dias, contados da publicação do ato de nomeação; e a entrada em exercício, em até quinze dias da data da posse.
- (D) quarenta e cinco dias, contados da proclamação do resultado do concurso; e a entrada em exercício, em até trinta dias da data da posse.
- (E) sessenta dias, contados do ato de nomeação; e a entrada em exercício, simultânea à posse.

59. Em relação às Turmas do TRT da 14ª Região, considere:

- I. As Turmas do Tribunal, em número de três, compõem-se de cinco Desembargadores cada uma.
- II. Será de dois anos o mandato do Presidente, coincidente com o do Presidente do Tribunal.
- III. É vedado o funcionamento da Turma sem a presença de, pelo menos, um de seus membros efetivos.
- IV. A composição das Turmas dar-se-á, exclusivamente, segundo o critério do merecimento.
- V. O exercício da Presidência de Turma não implica a inelegibilidade para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Tribunal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) I e IV.
- (C) II, III e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) II e V.

60. Quanto aos dissídios coletivos de natureza econômica, é correto que

- (A) o acordo judicial homologado no processo de dissídio coletivo, envolvendo a totalidade ou parte das pretensões, tem força de decisão irrecorrível para as partes.
- (B) o dissídio coletivo, deferido ou não o protesto judicial, será ajuizado no prazo máximo de trinta dias, contado da sessão que o julgou, sob pena de perda da eficácia da medida.
- (C) a instrução dos processos de dissídio coletivo, revisão ou extensão de dissídio coletivo deverá ser concluída no prazo de quarenta e cinco dias, a contar da paralisação ou protocolo no Tribunal.
- (D) os autos, não havendo acordo, colhida a contestação e documentos serão remetidos ao Revisor, que continuará a instrução do dissídio se entender necessário.
- (E) o Presidente, verificando que a petição não preenche os requisitos da lei ou está em desacordo com as instruções em vigor, ou, ainda, que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar sua apreciação, determinará *incontinenti* a extinção do feito sem resolução de mérito.

**PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO**

Atenção: A Prova Discursiva – Redação deverá ter extensão mínima de 20 e máxima de 30 linhas.

Discorra sobre os Embargos de Terceiro no Processo Trabalhista mencionando:

- conceito;
- hipóteses de cabimento;
- legitimidade para interposição;
- procedimento.

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |